I CONGRESSO CRIM/UFMG

INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMOS

I61
Interseccionalidade e Feminismos [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5648-362-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Gênero, feminismos e violência.
1. Gênero. 2. Feminismo. 3. Interseccionalidade. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

I CONGRESSO CRIM/UFMG

INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMOS

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 1 - Interseccionalidade e Feminismos acolheu artigos que se desenvolveram a partir de uma perspectiva interseccional e da compreensão de como as discriminações de gênero se interligam com questões relacionadas à sexualidade, raça e classe. Temas que abordem as questões de gênero articulados com a divisão sexual do trabalho; a reconfiguração das práticas sociais e das relações trabalhistas decorrentes do capitalismo; os diversos processos culturais e identitários formativos relacionados à raça e sexualidade, sob perspectivas interdisciplinares. Foram propostas discussões sobre as diferentes estratégias de lutas por reconhecimento e direitos de movimentos democráticos contemporâneos, a partir de uma fundamentação teórica feminista que busca evidenciar a coexistência de mais de um sistema de opressão em relação às mulheres e outros agentes sociais.

AS MÚLTIPLAS FACES DE LUTA DAS MULHERES SEM-TERRA: DILEMAS TEÓRICOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

THE MULTIPLE FACES OF LANDLESS WOMEN'S STRUGGLE: THEORETICAL DILEMMAS ON GENDER, RACE AND CLASS

Késia Rayanne Almeida Oliveira

Resumo

A Interseccionalidade e a Consubstancialidade são ferramentasde análise do campo feminista que surgem em contextos distintos, no entanto, com um objetivo parecido, o de desenvolver uma investigação da realidade, na qual, raça, classe e gênero sejam levados em conta em concomitância. Assim, propomos fazer uma breve reflexão sobre tais métodos: A Interseccionalidade, pensada inicialmente pela jurista Kimberlé Crenshaw, foi influenciada pelo Black Feminism, e o conceito Consubstancialidade proposto pelas feministas materialistas francesas, em especial por Danièle Kergoat. E a partir disso, levantamos a discussão sobre a contribuição desses métodos para pensarmos a realidade concreta das mulheres do MST.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Consubstancialidade, Mst

Abstract/Resumen/Résumé

Intersectionality and Consubstantiality are analytical tools of the feminist field that arise in different contexts, however, with a similar objective, of developing an investigation of reality in which race, class and gender are taken into consideration concomitantly. Thus, we propose a brief reflection on these methods: Intersectionality, initially thought by jurist Kimberlé Crenshaw, was influenced by Black Feminism, and the concept of Consubstantiality proposed by French materialist feminists, especially by Danièle Kergoat. Based on this, we discuss the contribution of these methods for thinking about the concrete reality of the women of the MST.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Intersectionality, Consubstantiality, Mst

INTRODUÇÃO

Esse trabalho surge após várias indagações vivenciadas no campo acadêmico impulsionadas pela pesquisa de Iniciação Científica, no qual, tratamos da temática do feminismo para pensar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enfatizando a questão da vida cotidiana e política das mulheres dos acampamentos e assentamentos. Estudamos os atos dos 8 de março realizados ao longo dos anos 2000, e a simultânea formação e consolidação do Setor de Gênero. Para tal, entrevistamos algumas ex-militantes do MST e estudamos a bibliografia produzida sobre a temática. Exploramos este tema também na perspectiva geográfica, a partir do Trabalho de Conclusão de Curso[1] que está sendo desenvolvido desde Junho de 2020. Buscamos a partir da geografia agrária compreender as relações das mulheres do campo brasileiro, mais especificamente, em terras conquistadas por meio de reforma agrária. Em suma, desenvolvemos nosso estudo pelo viés da Geografia Feminista[2]. Outrossim, no período de pandemia de COVID-19, o grupo de pesquisa do qual faço parte buscou democratizar o debate acerca do feminismo para o público externo à universidade, criando um projeto de extensão, através do qual dialogamos com pesquisadoras que são referência nos estudos sobre Consubstancialidade, Interseccionalidade e a Teoria do Nó. Sendo assim, nesse trabalho apresento parte das reflexões fruto dessa longa trajetória.

A Interseccionalidade e a Consubstancialidade são ferramentasde análise do campo feminista que surgem em contextos distintos, no entanto, com um objetivo parecido, o de desenvolver uma investigação da realidade, na qual, raça, classe e gênero sejam levados em conta em concomitância. Entretanto, os métodos apresentam alguns limites, e além disso, há uma disputa entre esses dois termos, e isso tem levantado discussões a respeito de qual conceito usar. Nesse sentido, propomos fazer uma breve reflexão sobre tais métodos. A Interseccionalidade, pensada inicialmente pela jurista Kimberlé Crenshaw, no fim dos anos 1970, foi influenciada pelo *Black Feminism*. Já o conceito Consubstancialidade foi proposto desde o final dos anos de 1970, pelas feministas materialistas francesas, em especial por Danièle Kergoat. E a partir disso, levantamos a discussão sobre a contribuição desses métodos para pensarmos a realidade brasileira, sobretudo, a realidade concreta das mulheres do MST.

---

[1] Trabalho de conclusão de Curso em geografia, "A TERRA E A EMANCIPAÇÃO FEMININA: Mulheres do assentamento Ho Chi Minh - Nova União/MG", foi apresentado o TCC 1, e o TCC 2 está em andamento, e será apresentado em 1°semestre de 2021.

[2] Ver mais em : SILVA, Susana M. V. **Geografia e Gênero / Geografia Feminista - O que é isto?**(1998).

As mulheres que estão inseridas na luta pela terra no Brasil enfrentam diversos dilemas. Dentre eles podemos elencar a imbricação da luta pela terra com questões relativas à gênero, raça e classe. Esses três elementos perpassam as suas vivências, e a luta pela terra acontece juntamente com outras lutas. No MST a questão de gênero ganha força nos anos 2000, com a formação do Setor de Gênero. Já as questões de raça se apresentam vinculadas principalmente à classe, dentro do movimento.

A metodologia consistiu na relação entre uma investigação sobre os dilemas que vivenciam as mulheres militantes do MST e a discussão teórica sobre o tema. A investigação se baseou nas literaturas sobre interseccionalidade, discutidas principalmente por Angela Davis, Kimberlé Crenshaw e bell hooks, e nos trabalhos sobre Consubstancialidade elaborados por Daniele Kergoat e Helena Hirata. Por fim trazemos elementos da Teoria do Nó e Hibridação, desenvolvida essencialmente por Helena Saffioti e tratada nos textos de Renata Gonçalves.

DESENVOLVIMENTO

Kimberlé Crenshaw é pioneira na elaboração do método da interseccionalidade. Ela é renomada professora da Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia e militante do feminismo negro norteamericano. Além disso, foi advogada de casos emblemáticos sobre o direito das mulheres negras nos Estados Unidos. Crenshaw examinava, a partir da abordagem interseccional, como os tribunais de justiça enquadravam e interpretavam as histórias das mulheres negras. Segundo Kimberlé Crenshaw:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002: 7)

Sendo assim, Crenshaw, utiliza a metáfora das avenidas para elucidar seu pensamento, para ela, as opressões seriam como uma intersecção de avenidas que expressam vários eixos de poder. Dessa maneira, raça, etnia, classe e gênero constituem essas avenidas, que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Essas vias são definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes, assim, o racismo é distinto do patriarcalismo e também é diferente da opressão de classe. Esses sistemas de avenidas se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas. (CRENSHAW, 2002: 7)

Crenshaw estruturou a Interseccionalidade como a junção ou sobreposição de dois ou mais tipos de discriminação distintos. Pensando assim, a Interseccionalidade analisa a intersecção entre essas múltiplas discriminações, isso inclui, além de gênero, raça e classe, opressões vinculadas à intolerância religiosa, discriminação de pessoas com deficiência, LGBTfobia e preconceitos vinculados a questões geracionais. Segundo essa perspectiva analítica essas questões se sobrepõem, se cruzam, se somam em cada indivíduo.

No entanto, de acordo com Helena Hirata (2014), a categoria Interseccionalidade conforme discutida por Crenshaw teria enfocado, sobretudo, a intersecção raça e gênero, abordando de forma periférica e secundária questões relacionadas à classe e à sexualidade. Isso se deu em alguma medida porque a Interseccionalidade é um campo teórico que emerge com grandes críticas ao feminismo de origem europeia, que daria pouca ênfase à discriminação racial, elemento central para as feministas afroamericanas.

Por outro lado, a Consubstancialidade foi um conceito mobilizado pela francesa Daniele Kergoat, entre os anos de 1970 e 1980, através do qual a autora procura entender as práticas sociais dos homens e das mulheres diante da divisão social do trabalho a partir da tripla dimensão: raça, gênero e origem (Norte/Sul). Kergoat, questiona as noções geométricas de imbricação, adição e intersecção pois, de acordo com ela, tais práticas são ambíguas e móveis. Por essa razão, a autora propõe apreender os fenômenos sociais apoiada na perspectiva materialista, histórica e dinâmica. De acordo com ela:

> As relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e "raça" se reproduzem e se co-produzem mutuamente. (KERGOAT, 2010: 2)

A ideia de Consubstancialidade não indica que "tudo está relacionado a tudo", mas mostra uma forma de como fazer a leitura da realidade social. O entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais mostra que cada uma tem influência nas outras, as relações estão envolvidas intrinsecamente umas com as outras, de maneira que isso forma uma totalidade no campo social. (KERGOAT, 2010: 8)

De acordo com Helena Hirata (2014), a crítica da categoria Interseccionalidade é feita pela primeira vez por Kergoat na conferência do congresso da Associação Francesa de Sociologia (afs), em 2006, publicada sob forma de artigo em 2009 e traduzida para o português e publicada no Brasil em 2010. Nesse artigo, Kergoat faz uma crítica à noção de geometria da intersecção pois, de acordo com ela, pensar em termos de cartografia levaria à

naturalização das categorias analíticas, sendo que as multiplicidades de categorias mascaram as relações sociais, e essas posições não são fixas, elas estão inseridas em relações dinâmicas.

No contexto brasileiro, quem estava produzindo uma importante contribuição ao longo dessas mesmas décadas a respeito dessa temática era a pensadora marxista Heleieth Saffioti. Ela absorveu o conceito de "gênero", que estava na tendência do feminismo internacional, mas insistiu em usar o termo "patriarcado" para análise das relações.

> Para Saffioti (2015) o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres; assim como o patriarcado da forma como foi cunhado não pressupõe uma relação de exploração. Para a autora estas duas dimensões constituem faces de um mesmo processo de dominação-exploração ou exploração-dominação. Isso porque para Saffioti a dimensão econômica do patriarcado não repousa apenas na desigualdade salarial, ocupacional e na marginalização dos importantes papéis econômicos e políticos, mas inclui o controle da sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres. (MOTTA, 2018: 3)

A partir disso, Saffioti elabora a metáfora do nó, buscando pensar nas relações de modo a não hierarquizar os fatores raça, classe e sexo, criando, assim, a ideia do "nó" entre essas três categorias. No livro *"Gênero, Patriarcado e violência"* essa ideia está mais madura e a autora diz: "não deveríamos buscar a primazia do sexo, da classe ou da raça, nem as isolar como estruturas separadas, já que elas se fundiram historicamente" (SAFFIOTI, 1992: 206 *apud* MOTTA, 2018: 6).

A metáfora do nó é uma ferramenta analítica que podemos usar para refletir nas relações entre os marcadores de diferenças sociais. Além disso, a autora afirmou que esse nó não é apertado nem frouxo, pois nele há uma mobilidade. Essa ideia de mobilidade permite que seja nítida a diferença das igualdades pois, por mais que a constituição das relações desiguais de raça, classe e gênero sejam estruturantes da sociedade brasileira, elas se engendram em outras formas de diferenciação, podendo entrecruzar com a sexualidade, religiosidade, nacionalidade e idade. (MOTTA, 2018)

Mobilizar os conceitos para pensarmos o Brasil

Diante dos conceitos trabalhados ao longo desse texto é possível apontar que existe um movimento intelectual e acadêmico buscando fazer uma análise da realidade social, na qual raça, classe e gênero são pensados como uma totalidade. Desconsiderar esses três elementos faz com que as reflexões sejam esvaziadas, pois, no sistema capitalista, patriarcado, racismo e exploração do trabalho estão intrinsecamente ligados. No Brasil,

esforços são feitos para que possamos pensar a realidade concreta baseando-nos nesses conceitos, com isso, vamos discutir brevemente como podemos utilizá-los para refletir sobre a realidade dos sujeitos que compõem o MST, sobretudo das mulheres do movimento.

O MST é um movimento social que tem como objetivo central a luta pela terra, isso se deu por conta da necessidade encontrada pelo camponês de resistir e lutar em busca de terras para produzir e reproduzir sua existência. O MST tem o território como seu êxito, e organiza suas formas de luta dimensionando-as a partir do espaço. Essas lutas são realizadas no território, no entanto, esse território não se apresenta como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, muito pelo contrário, esses espaços de lutas têm em sua maioria pessoas não brancas, mulheres e pobres. Falar de classe no Brasil é quase que falar de raça pois, por herança da escravidão, são as pessoas não brancas as mais pobres no país. E, se realizarmos um recorte de gênero, veremos que são as mulheres negras que ocupam a base da pirâmide social, isto é, são as que compõem as faixas de pior renda e que vivem em piores condições[3].

Além disso, é importante salientar que as mulheres rurais são responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil. E que, na maioria dos casos, seu trabalho segue do campo para uma árdua jornada de trabalho dentro das comunidades e de suas casas. Elas trabalham cerca de 12 horas semanais a mais que os homens. Ainda assim, somente 20% delas são proprietárias das terras onde trabalham.[4] Com isso, podemos evidenciar que nos movimentos sociais do campo existe a participação e a organização das mulheres, entretanto, essas muitas vezes são invisibilizadas nos espaços de luta e incluídas somente nos espaços “ditos femininos”, ou seja, nas esferas domésticas.

A questão de gênero, de acordo com Thais Santo (2016), não demorou a aparecer no MST, contudo, as mudanças de papéis ocorreram tardiamente. As mulheres começaram a reivindicar sua participação igualitária nos espaços políticos, a busca se dava principalmente por serem incluídas nos grupos de coordenação e administração do movimento, pois esses espaços eram ocupados principalmente por homens. Assim, foram intensificadas nos anos 2000 as mobilizações femininas em torno dessa questão, criando-se o Setor de Gênero. Este Setor é o principal organizador dos atos de 8 de março, que são atos realizados por mulheres, nos quais elas são as principais responsáveis por reivindicar a reforma agrária e o acesso à terra por meio de ações de enfrentamento direto com setores do agronegócio.

---

[3] No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo na linha da pobreza. Disponível em : https://www.generonumero.media/casas-mulheres-negras-pobreza/. Acesso: 22/06/2021

[4]FAO NO BRASIL. Dia das Mulheres Rurais - agentes essenciais no desenvolvimento da sociedade. Disponível em : http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1157560/. Acesso : 21/06/2021

A questão racial também é algo fundamental quando pensamos nos movimentos sociais ligados à terra, pois a população negra, ex-escravizada, foi excluída da divisão das terras após a abolição e empurrada para os morros e periferias. O reflexo disso permeia os dias atuais, pois "a pobreza brasileira tem cor e é preta"[5], sendo assim, essas pessoas recorrem aos movimentos sociais de maneira significativa, buscando terra e moradia.

> A cor majoritária da classe trabalhadora brasileira é negra e as desigualdades sociais e territoriais no campo estão intrinsecamente ligadas às desigualdades raciais. Na nossa experiência de militância do MST, percebemos que a maioria das pessoas que compõe os assentamentos e acampamentos é afro-brasileira e consequentemente vítima do racismo, ora camuflado, ora revelado e combinado com o preconceito de classe. (SOUZA, 2017)

No entanto, apesar do MST dar abertura ao tema, o movimento não desenvolveu de forma mais profunda a reflexão e ação em torno da questão racial. O debate de raça nos parece acontecer de forma mais periférica, diferentemente das questões de classe, gênero e sexualidade, que ganharam mais foco no interior do movimento, sobretudo nos anos 2000.

CONCLUSÃO

Com base nas reflexões apresentadas sobre as teorias feministas, compreendemos os esforços feitos pelas teóricas para realizarem uma discussão, na qual, todas as opressões sejam abordadas de forma conjunta. No entanto, podemos perceber que em alguns momentos uma metodologia consegue analisar a realidade de forma mais precisa, e em outros momentos, outra abordagem faz isso melhor.

Neste sentido, concluímos que a adoção da Interseccionalidade como método de análise, nos moldes propostos por sua fundadora, Kimberle Crenshaw, provocaria uma ruptura com o princípio fundante – classe social – dos movimentos sociais sujeitos desta pesquisa. Isso se daria pelo fato da, atualmente, a questão de classe ser geralmente secundarizada nos estudos que partem da perspectiva interseccional. Já a partir da teoria da Consubstancialidade, elaborado por Daniele Kergoat, há o risco de secundarisarmos a "raça" na análise, e a raça, principalmente no Brasil, é um elemento que não podemos perder vista, pois foi o último país a abolir a escravidão, e o racismo é uma realidade negada nesse país. Na cultura brasileira o mito da democracia racial, que diz que as três raças vivem em harmonia, ainda está presente no imaginário da população, "é como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra" (GONZALEZ, 1984: 242).

---

[5] NEXO. A pobreza brasileira tem cor e é preta. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta. Acesso: 28/06/2021.

Sendo assim, quando escolhemos analisar as vivências das mulheres do MST, não podemos deixar de considerar todas as outras camadas inerentes à condição de classe e raça, pois essas estão relacionadas. Portanto, devemos considerar as especificidades dos países colonizados, nos quais a escravidão foi uma realidade, a população tem suas marcas, e essas são refletidas ainda nos dias atuais. Dessa forma, entendemos que adotar a perspectiva da socióloga Heleieth Saffioti, a teoria do nó, nos ajudaria a realizar essa análise de forma mais precisa, pois essa teoria foi pensada a partir da realidade brasileira e considerou a importância central das múltiplas formas de opressão.

REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista estudos feministas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. ANPOCS. Brasília**,** 1983

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, 2014.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estudos CEBRAP, 2010.

MOTTA, Daniele. **Desvendando o nó: a imbricação de gênero, raça/etnia e classe na obra de Heleieth Saffioti.** IX Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas-SP:[sn], 2018.

SOUZA, Raumi de. Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra. **Site do MST.** 27/11/2017. Disponível em: https://mst.org.br/2017/11/27/terra-raca-e-classe-a-classe-trabalhadora-e-negra/. Acesso: 28/06/2021.

SANTO, Thais Marques de. **O movimento dentro do movimento: o setor de gênero do MST. In:** ***As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra*** **: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia.** PUCRS, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Maria Veleda da. **Geografia e Gênero / Geografia Feminista - O que é isto?** Boletim Gaúcho de Geografia,1998.